Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 06.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Luis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

RESOLUÇÃO Nº 041/85 - CONSUN-UEMA

DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO PARA INGRES

SO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições Regimentais;

Considerando o disposto no Art. 4º do Decreto 8.457 de 05 de Janeiro de 1982 e no Regimento da UEMA;

Considerando a necessidade de manter atualizado o nível da Carreira do Magistério;

Considerando finalmente, o que decidiu o Conselho Universitá - rio em reunião desta data;

### RESOLVE:

- Art. 1º A abertura do Concurso Público, para ingresso na Carreira do Magistério, ficará sujeita a publicação de Edital da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão-PREPE, obedecendo as nomas desta Resolução.
  - § 10 As vagas serão estabelecidas pela PREPE, apos estudo apurado das solicitações dos Departamentos.
  - § 2º Cabe ao Reitor a decisão da abertura do Concurso.

M

Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 06.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Luis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

### CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO

- Art. 2º O concurso de que trata esta Resolução será comprovado mediante provas e habilitação de títulos.
- Art. 39 Ao concurso objeto desta Resolução, poderão concorrer os portadores de curso de Graduação e/ou Pos-Graduação obtidos em cur sos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação.
- Art. 4º As inscrições ao aludido concurso serão abertas pela Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão-PREPE, por meio de avisos pu blicados na Imprensa.
- Paragrafo Unico As inscrições permanecerão abertas durante 30 dias a contar da la divulgação do Aviso.
- Art. 5º O Departamento podera solicitar a abertura de concurso para a area de conhecimento que atue (Matéria) ou para determinados campos específicos de conhecimento dessa area (Disciplinas).
- Art. 6º No ato da inscrição, o candidato deverã apresentar título de Graduação e/ou Pos-Graduação, compatível com a área ou campo es pecífico do concurso, juntamente com o requerimento de inscrição dirigido ao Pro-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão, acompanhados da documentação referente aos seus títulos.
- Paragrafo Único São considerados títulos para o concurso:
  - I Título referente à formação acadêmica;
  - II Títulos decorrentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão (cargos ou funções docentes, cargos ou funções de administração escolar, cargos relacionados com a pesquisa, extensão, participação em comissões examinadoras de seleção de nível superior, inclusive de monitoria);
  - III Trabalhos técnicos e científicos publicados ou apresentados em Congressos, Seminários e Simpósios;
  - IV Títulos decorrentes de conhecimentos lingüísticos e cultura geral, diplomas e certificados de curso, Seminários e simpôsios;
  - V Títulos decorrentes de atividades profissionais (cargos ou funções técnicas relacionadas com a área do concurso , participação como conferencista, expositor ou debatedor em seminários, simpósios e congressos).

CIDADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

- Art. 7º Encerrado o prazo para inscrição, a Pro-Reitoria de Ensino, Pes quisa e Extensão julgarã os requerimentos e publicará a lista dos candidatos inscritos.
- Art. 8º Em caso de indeferimento ao pedido de inscrição, o interessado, a partir da data da publicação da lista, poderá fundamentada mente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, recorrer para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE.
- Art. 90 O concurso realizar-se-a no prazo máximo de 90 (noventa)dias, a contar da publicação da lista dos candidatos inscritos.

### CAPÍTULO III - DA COMISSÃO EXAMINADORA

- Art. 10 O concurso, de que trata esta Resolução, será julgado por uma comissão composta de O3(três) membros, todos professores da carreira do Magistério, assistente, adjunto ou titular, preferentemente portadores de título de Mestre e/ou Doutor e/ou Do cente Livre, indicados pelo Departamento e aprovada pelo CEPE.
- Parágrafo Único Todos os membros da Comissão Examinadora, sempre que possível, deverão ser escolhidos entre professores da UEMA, podendo ser convidados professores de outras entidades de Ensino Superior, quando for o caso.
- Art. 11 Na Comissão Examinadora, é vedada a participação de professo res que tenham parentesco até o terceiro grau, entre si ou com o candidato inscrito.
- Art. 12 O candidato inscrito poderá, mediante representação fundamentadamente dirigida ao Reitor, impugnar um ou mais membros da Comissão Examinadora, no prazo de 03(três) dias, a partir da publicação do CEPE, aprovando a Comissão.
- Art. 13 A Comissão Examinadora escolherá, dentre os seus membros, o Presidente e o Secretário.

#### CAPÍTULO IV - JULGAMENTO DOS TÍTULOS

Art. 14 - O julgamento dos títulos sucederá a realização das provas, so mente dos candidatos aprovados.

A.

Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 05.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Leis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

- § 1º No julgamento dos títulos,a que se refere o ítem I do Art.6º, considerar-se-ão:
  - a) o relacionamento com a área de estudos objeto do concurso, observando-se o histórico escolar;
  - b) a carga horaria e
  - c) o nivel do curso.
- § 2º No julgamento dos títulos, a que se refere o item II do Art.6º, considerar-se-ão:
  - a) o relacionamento com a area de estudos;
  - b) o nível do cargo, função ou Comissão;
  - c) o período de exercício do cargo ou função e
  - d) aprovação em concurso público.
- § 30 -No julgamento dos títulos, a que se refere o ítem III do Art.60, considerar-se-ão:
  - a) o relacionamento com a area de estudos;
  - b) o conteudo das publicações;
  - c) a contribuição que oferecem ao conhecimento.
- § 49 No julgamento dos títulos, q que se refere o ítem IV do Art.69, considerar-se-ão:
  - a) o número de linguas conhecidas;
  - b) o nivel do curso.
  - § 50 No julgamento dos títulos, a que se refere o ítem V do Art. 60, considerar-se-ão:
    - a) o relacionamento com a area de estudos;
    - b) o nivel do cargo ou função;
    - c) o período de exercício e
    - d) aprovação em concurso público.
- Art. 15 Os pontos do julgamento dos títulos serão atribuídos de acordo com o Paragrafo 3º do Art. 29 e Anexo I.

#### CAPÍTULO V - DAS PROVAS

- Art. 16 O candidato, submeter-se-a as seguintes provas:
  - I Escrita
  - II Didatica
  - III Prático-Oral, no caso de matéria que, por sua natureza a exija, a critério do Departamento.



CIDADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

- Paragrafo Único As provas versarão sobre o conteúdo da matéria ou campo específico de conhecimento correspondente ao concurso para o qual o candidato se tenha escrito.
- Art. 17 O Departamento interessado elaborara a listagem de 15(quinze ) assuntos, abrangendo todo o programa da materia ou campo especifico de conhecimento, desdobrados em topicos especificos, sobre os quais versarão o concurso, devendo a mesma ser entregue aos candidatos, mediante recibo, no ato da inscrição.
- Art. 18 Q tema da prova escrita será sorteado na hora, na presença da Comissão Examinadora e dos Candidatos, de sua realização, tendo o Candidato o prazo máximo e improrrogável de 03(três)horas para redigí-la.
- Art. 19 Cada candidato, obedecida a ordem de inscrição, fará a leitura de sua prova perante a Comissão Examinadora e dos demais candidatos, fiscalizados por um de seus membros, designados pelo Presidente em data e hora fixadas pela Comissão.
- Paragrafo Único É facultativo a cada membro da Comissão Examinadora ler em particular a prova logo após sua leitura pelo Candidato.
- Art. 20 Finda a leitura da prova, o candidato poderá ser arguido pelos membros da Comissão sobre o tema dissertado e, logo após cada examinador atribuirá nota de O(zero) a 10 (dez) de meio em meio ponto.
- Paragrafo Unico No julgamento da prova de que trata este artigo, cada examinador considerara o dominio do tema, o poder de sistematização, a qualidade e nível da exposição, a atualização do conhecimento, a linguagem utilizada, a exatidão das respostas às perguntas formuladas.
- Art. 21 A prova didática constará de uma aula, com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 55(cinquenta e cinco) perante a Comissão Examinadora sobre o tema do ponto sorteado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, proibida a as sistência dos candidatos que não a tenham feito, devendo estes permanecerem confinados.
- Paragrafo Único O ponto sorteado para a prova, de que trata este artigo, será comum a todos os candidatos.

CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

- Art. 22 No julgamento da prova didática, cada examinador considerará pla no e nível de aula, o conteúdo e a qualidade da exposição, bem como, a propriedade no emprego dos recursos auxiliares, permitida a arguição do candidado, ao final, por dez minutos, no máximo.
- Paragrafo Único Cada membro da Comissão atribuira nota de O(zero) a 10 (dez) de meio em meio ponto.
- Art. 23 A prova prática-oral, versará sobre tema sorteado do programa específico e será comum a todos os candidatos.
  - § 19 Logo após o sorteio, será concedido ao candidato o prazo máximo de 01 (uma) hora para a solicitação do material necessário à execução da prova, que terá a duração máxima de 03(três)horas e terminará com um relatório sucinto redigido pelo candidato, dentro do tempo previsto para a prova;
  - § 2º A Comissão Examinadora marcará início da execução da prova, de pendendo da natureza do material requisitado e
  - § 30 Será facultado a Comissão Examinadora arguir o candidato.
- Art. 24 Finda a leitura do relatório da prova, cada membro da Comissão 'atribuirá nota de O(zero) a 10(Dez) de meio em meio ponto.
- Parágrafo Único No julgamento da prova prática, levar-se-ão em considera ção a habilidade, o planejamento e a execução da demonstração, bem como a qualidade do relatório final.
- Art. 25 Serão públicas a prova didática, a leitura e a arglição da prova escrita, vedada a manifestação da assistência.
- Art. 26 Encerrada cada prova, a Comissão Examinadora lavrará a Ata res pectiva.
- Art. 27 O candidato que não comparecer a uma das provas estará automaticamente eliminado.

## CAPÍTULO VI - DO JULGAMENTO FINAL

Art. 28 - Após o encerramento da última prova, a Comissão Examinadora lavrará a Ata do Concurso na forma dos anexos:

ANEXO II - Especificação dos títulos e número de pontos atribuídos;

ANEXO III- Quadro demonstrativo das notas atribuídas às provas; ANEXO IV - Ata do Concurso.

M

Criada Nos termos da lei n.º 4.400 de 31 de dezembro de 1981

- Art. 29 Serão considerados aprovados os candidatos que alcançarem a media igual ou superior a 7 (SETE) em cada modalidade de prova, com exceção da prova de titulos.
  - § 10 Dentre os aprovados, a Comissão Examinadora classificarã os candidatos na ordem decrescente dos pontos alcançados;
  - § 20 O número de pontos será calculado multiplicando-se a media aritmetica das notas das provas pelo número 450 (quatrocentos e cinquenta) e somando-se o resultado com o total de pontos alcançados na prova de títulos;
  - § 3º No caso da media aritmetica das notas das provas apresentar '
    resultado fracionario, sera utilizada a regra estatística de
    aproximação com duas casas decimais;
  - § 40 Fica estabelecido em 4.500 (quatro mil e quinhentos) o número máximo de pontos, na prova de títulos, sendo dispensados os pontos registrados alem desse limite.
- Art. 30 Em caso de empate na classificação, a Comissão Examinadora de sempatarã, observando a seguinte ordem:
  - 1º o maior número de pontos no julgamento de títulos, des prezando-se neste caso o limite estabelecido no Paragra- fo 4º do Art. 29;
  - 2º a maior media obtida na prova didatica;
  - 3º a maior antiguidade como docente em ensino do 3º Grau
  - 4º a maior media obtida na prova escrita.
- Art. 31 A Comissão Examinadora, encaminhara ao Reitor a Ata do Concurso para apreciação e homologação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Art. 32 Apos o pronunciamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, somente cabera recurso ao Conselho Universitario, dentro de 15 (quinze) dias contados da publicação do resultado.
- Art. 33 Os professores colaboradores da UEMA que ministrando matérias e/ou disciplinas, que constam do Concurso, objeto da presente Resolução, serão inscritos "ex officio".
- Art. 34 Para efeito de admissão, o concurso tera validade de 02 (dois) anos, a contar da publicação do resultado.
- Art. 35 Os candidatos classificados serão admitidos nas categorias de acordo com que preceitua o Artigo 1º.

CIDADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

Paragrafo Unico - No Edital do Concurso deverão ficar explicitos a cate goria e a carga horária sob os quais os candidatos se rão admitidos na Universidade.

- Art. 36 Os casos omissos serão resolvidos pela Pro-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Art. 37 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, re vogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERS ITÂRIO DA UNIVERSIDADE ES TADUAL DO MARANHÃO, em São Luis, 31 de janeiro de 1985.

PROF. JACQUES INANDY MEDEIROS

Presidente.

Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 06.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Luis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

### ANEXO I

CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DO NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS NO JULGAMENTO DE TÍTULOS E TRABALHOS.

### 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

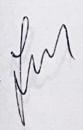
1 1	n- • • • •							
TRAN	Docência Livre	700	pontos	por	tïtulo	ate	1.400	pontos:
1.2.	Doutorado	600	pontos	por	título	até	1.200	pontos:
1.3.	Mestrado	450	pontos	por	título	até	900	pontos:
1.4.	Graduação(outros							
	cursos de graduação)	200	pontos	por	Curso,	atē	400	pontos:
1.5.	Especialização ( ca <u>r</u>							
	ga horāria mīnima							
	360 horas)	200	pontos	por	Curso,	atē	400	pontos:
1.6.	Aperfeiçoamento (car							
	ga horāria mīnima							
	180 horas)	50	pontos	por	Curso,	atē	200	pontos:
1.7.	Estágio extra-curri-							
	cular, ou touções tecpi							
1.8.	Atualização e Extensão	(dura	ação min	nima	de 15 h	oras	3) 10	pontos
	por Curso, ate 100 pont							

### 2. ATIVIDADES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

#### 2.1. Professor:

2.1.1.	Titular	700 pontos
2.1.2.	Adjunto	600 pontos
2.1.3.	Assistente	450 pontos
2.1.4.	Auxiliar	200 pontos
2.1.5.	Colaborador	100 pontos
2.1.6.	Em Cursos de Extens	ão, Atualização (a partir de 15 horas)
	15 pontos por Curso	
2.1.7.	Em 29 Grau	30 pontos por ano, até 150 pontos.
2.1.8.	Em 19 Grau	20 pontos por ano, até 100 pontos.
2.1.9.	Em ensino superior	-50 pontos por período letivo, até

1.000 pontos.



Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 06.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Luis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

CONT...ANEXO I

- 2.1.10. Monitoria (Concursado) 25 pontos por período, até 100 pontos.
- 2.1.11. Monitoria (Sem Concurso) 15 pontos por período até 60 pontos.
- 2.1.12. Participação em Banca Examinadora
  2.1.12.1. Nível Superior 30 pontos por banca, até
  210 pontos.
- 2.1.13. Cargos ôu funções de administração, planejamento e assessoramento, universitários - 80 pontos até 400 pontos.

#### 3. TRABALHOS PUBLICADOS

- 3.1. Livros 30 pontos por livro
- 3.2. Livros relacionados a área 30 a 200 pontos por livro.
- 3.3. Artigos publicados em periodicos tecnicos-científicos 05 ca 70 pontos por artigo.
- 3.4. Trabalhos apresentados em Congressos, Seminários, 6impósios 05 a 50 pontos por trabalho.

#### 4. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- 4.1. Indicação aprovada pelo C.F.E. para ministrar disciplina(s)-250 pontos por disciplina(s).
- 4.2. Cargos ou funções técnicas relacionadas com a Matéria e/ou Disciplina específica de conhecimento do Concurso 30 pontos por ano, até 120 pontos.
- 4.3. Aprovação em Concurso Público por cargos técnicos ou docente, a nível superior 120 pontos por Concurso.
- 4.4. Participação em Seminários, Simpósios, Congressos
  - 4.4.1. Como conferencista 30 pontos por participação, até 150 pontos.
  - 4.4.2. Como debatedor ou expositor 20 pontos, até 100 pontos.
  - 4.4.3. Como participante 05 pontos por participação até 30 pontos.

#### 4.5. DISPOSIÇÕES GERAIS

fur

4.5.1. Na contagem de tempo para atribuição dos pontos relativos às experiências de magistério, atividades profissionais e exercício de cargos ou funções, far-se-ã o arredondamento para mais, quando a fração do total for igual ou superior

Cidade Universitária PAULO VI - C.G.C. 06.352.421/0001-68 - 225-0866/0865/2232 - Caixa Postal, 09 - São Luis - Maranhão CRIADA NOS TERMOS DA LEI N.º 4.400 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981

CONT...ANEXO I

a seis meses, e para menos, se inferior.

4.5.2. Se os trabalhos publicados forem de co-autoria, os pontos atribuídos sofrerão uma redução de 20%(vinte por cento).

4. DEPARTA

RSPECIFICACM

TITHE

### CURRICULUM VITAE

ANEXO II

1. CONCURSO	2. EDITAL
3. AREA E/OU CAMPO DE CONHECIMENTO	4. DEPARTAMENTO

5. NOME COMPLETO DO CANDIDATO

rītulos	TÍTULOS	PONTOS
L.		
elo uris		
ANGERTINES OF STREET AS		
		2 10

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

	0
	EXTENS?
Ko	田
IIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
AL DO	INO, PE
MON.	ENS
EST	DE
DE	IA
STDA	ITOR
NIVER	PRO-RE
UNIAE	PRÓ-R

QUADR.	QUADRO DEMONSTRATIVO DAS NOTAS ATRIBUÍDAS ÀS PROVAS	AS ATRIBUÍ	DAS AS PRO	VAS	ANEXO III	目
1. CONCURSO	2. EDITAL	3. ÁREA	AREA E/OU CAMPO DE CONHECIMENTO	ре соине	CIMENTO 4. DEPARTAMENTO	
5. RESULTADO					ora. or street and str	
NOME COMPLETO DOS &ANDIDATOS	PROVA DE CONTEÚDO	PROVA DI DATICA.	PROVA PRÁTICA	MÉDIA	SITUAÇÃO Nº DE PON Nº DE PON TOTAL DE CLASSIFI TOS DAS TOS DOS PONTOS CAÇÃO.	SSIFI NO.
	(A)	(B)	(0)	(D)	(E) (F) (E+F)	
				a nea tundidatparasser constar derisben ton a pela Comissão e outros dados que julgar asarles).	2. EDITAL  4. DEPARTMENTO  A. DEPARTMENTO  SATURD  A DEPARTMENTO  SATURD  SATU	
	NA COLUNA "SITUACÃO", COLOCAR	COLOCAR :	A-APROVADO	lie	R-REPROVADO F-FAL, TOU	1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PRO-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### ATA DO CONCURSO

ANEXO IV

1. CONCURSO	2. EDITAL
3. ÁREA E/OU CAMPO DE CONHECIMENTO	4. DEPARTAMENTO

5. INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

(Citar DATA, LOCAL e BORA da Instalação dos Trabalhos bem como enumerar os Processos com os Nomes dos Candidatos; fazer constar decisões tomadas pela Comissão e outros dados que julgar necessários).

offedert o improved o posts societado ou qual o trabalho en proved o proved presentado por cada candidato; present

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### ATA DO CONCURSO

ANEXO IV

1. CONCURSO	2. EDITAL
3. AREA E/OU CAMPO DE CONHECIMENTO	4. DEPARTAMENTO

5. INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

(Citar DATA, LOCAL e BORA da Instalação dos Traba lhos bem como enumerar os Processos com os No mes dos Candidatos; fazer constar decisões tomadas pela Comissão e outros dados que julgar ne cessários).